

Benno Sander – o memorável pesquisador de política e gestão da educação no Brasil e na América Latina

Iniciar 2017 com o editorial da abertura do Número 1 do Volume 33, da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE), que tem como homenageado nosso memorável e indelével companheiro e reconhecido pesquisador de política e gestão da educação na América Latina, em especial no Brasil, tornou-se tarefa muito prazerosa e, ao mesmo tempo, de muita responsabilidade. Com efeito, esse prazer e responsabilidade decorrem da amplitude, trajetória e representatividade de suas contribuições para o campo das pesquisas e das práticas em política, administração e gestão da educação.

A ideia desta homenagem nasceu no âmbito das reuniões das presidências da ANPAE, do Fórum Português de Administração Educacional (FP AE) e do Fórum Europeu de Administradores da Educação na Espanha (FEAE), o que foi acolhido pelas Editoras da RBP AE.

Para iniciar a referência a seus feitos e contribuições, nada mais justo do que começar pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e pela fundação da Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação (RBP AE). Foi Presidente eleito da ANPAE em 1976 e reeleito em 1978, 1980 e 1982. De 1970 a 2000 foi funcionário internacional da Organização dos Estados Americanos (OEA), Especialista Internacional em Educação e, depois, Representante Residente da OEA no Brasil e na Argentina, finalizando suas atividades internacionais como Diretor de Educação e Desenvolvimento Social da OEA em Washington, DC.

Após retorno de sua trajetória internacional, atuando na Argentina e Estados Unidos, foi eleito em 2006 para presidir a ANPAE no biênio 2006-2008 e reeleito em 2008 para o biênio 2008-2010. Em 12 de agosto de 2009, a Assembléia Geral estendeu seu mandato por um ano mais, a fim de conduzir o processo de reforma institucional da Associação para que pudesse ter uma estrutura organizacional descentralizada.

Foi em sua gestão proposto e aprovado o lançamento da RBP AE, em 1981, enquanto “periódico de debate científico da ANPAE e veículo de opinião e divulgação de pesquisas e experiências no campo da política e da gestão da educação” (SANDER, 2007, p. 6). Em 1983 foi distribuído o primeiro número da Revista, sob a direção editorial de Maria Beatriz Luce (UFRGS), materializando-se como projeto prioritário da ANPAE.

Nessa tarefa de fundar a Revista, Sander (2007) dizia que, desde seu primeiro número, a RBPAE assumiu, por meio de seus trabalhos publicados, a responsabilidade do deslocamento da discussão teórica tradicional, positivista e funcionalista na teoria organizacional para o âmbito sócio-histórico com protagonismo “da resistência política e do pensamento crítico” (p. 7), o que persiste até os dias atuais, “como uma síntese simbólica de sua contribuição ao estudo e à prática da política e do governo da educação” (*Idem*, p. 8) e de seus processos de formulação, implementação e avaliação.

Ao considerar suas pesquisas e produções, deixamos nosso respeito por sua trajetória e dedicação, que jamais se distanciaram do objeto, políticas e gestão da educação, com foco na democracia e no processo de democratização do país, na participação coletiva da cidadania no controle social do cumprimento e efetivo exercício da função pública e do governo da educação, do direito à educação e da gestão democrática, considerando a dimensão estruturante dos direitos humanos e da qualidade de vida humana coletiva, ou seja, que a luta sempre continua no chão da escola, no âmbito dos sistemas de ensino e das entidades da sociedade civil (SANDER, 2012).

Para finalizar nossa homenagem, com toda admiração, destacamos sua assertiva que conclama a todos nós pesquisadores e educadores à consciência de que é preciso

Um esforço renovado da comunidade acadêmica e das entidades de educadores como a ANPAE, a ANPEd e outras sociedades profissionais, com o objetivo de construir novos caminhos para o estudo e a prática da administração da educação. Caminhos que sejam eficientes sim, mas que acima de tudo sejam pertinentes, que preservem e enriqueçam a identidade cultural, que propiciem o desenvolvimento de condições políticas, econômicas e pedagógicas capazes de promover níveis mais elevados de qualidade e equidade na escola e na sociedade (SANDER, 2002, s/p).

Na seção especial, temos a contribuição de reflexões e desafios apresentados por Carlos Roberto Jamil Cury, com o ensaio “*A globalização e os desafios para os Sistemas Nacionais: agenda internacional e práticas educacionais nacionais?*”. Professor Cury perpassa autores de diversos tempos para discutir a intensificação das trocas comerciais, da produção de bens e serviços, de culturas e das comunicações em tempo real e suas consequências devastadoras, principalmente para os países periféricos, carregados de disparidades acentuadas em tempos atuais. Da globalização às políticas de avaliação no Brasil, o autor reflete sobre a mediação na educação nacional com a presença da influência internacional num contexto histórico e processual no país. Elementos dessas reflexões foram apresentados inicialmente por ocasião da Conferência de abertura no V Congresso

Ibero-Americano e VIII Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, realizado no período de 14 a 16 de setembro de 2016, em Goiânia, Goiás.

Para abrir a seção *Artigos*, composto de 12 trabalhos, Graciela Clotilde Riquelme, Natalia Herger e Alexander Iván Kodric a iniciam com o artigo desenvolvido a partir de uma pesquisa maior realizada na Argentina *Deuda Social con la educación y formación de jóvenes y adultos: accesibilidad, barreras y escenarios complejos*. Procuram realizar uma revisão da noção de direito à educação a partir da perspectiva da política e planejamento da educação de jovens e adultos. Demonstram o impacto das políticas públicas na área e instituições de educação e formação para o trabalho local e a importância da abordagem quantitativa e qualitativa para identificar fatores envolvidos na regulação das políticas do Estado nacional, provincial, regional e local em termos dos problemas de coordenação e integração inter-setorial.

Sob a autoria de Luciana Rosa Marques, Edson Francisco de Andrade e Janete Maria Lins de Azevedo, o texto *Pesquisa em política educacional e discurso: sugestões analíticas* identifica na Análise Crítica do Discurso, em sua abrangência tridimensional (texto, prática discursiva e prática social), possibilidades de apreensão de sentidos produzidos no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, concluindo que, nessa perspectiva, deve-se analisar as lutas hegemônicas que resultam das disputas por esses sentidos no campo da política educacional.

O estudo *Educação superior: processos motivacionais estudiantis para a evasão e a permanência*, das autoras Bettina Steren dos Santos, Tércia Rita Davoglio, Carla da Conceição Lettnin, Carla Spagnolo e Lorena Machado do Nascimento, analisa os motivos para a evasão e permanência apresentados por estudantes de graduação de uma instituição privada, por meio do uso de questionários e análise de conteúdo, indicando que, dentre as categorias analisadas, as expressas na categoria 'por motivo Pessoal' foram as mais frequentes, demonstrando a necessidade de pesquisas voltadas para esse aspecto.

Michele Rejane Coura da Silva, Cristiano Maciel e Kátia Morosov Alonso subscrevem o trabalho *Hibridização do ensino nos cursos de graduação presenciais das universidades federais: uma análise da regulamentação*, no qual analisam como as universidades federais estão ofertando o ensino híbrido em cursos de graduação presenciais, considerando sua regulamentação. Afirmam que o ensino híbrido já faz parte do contexto da educação contemporânea, existindo, porém, falta de informações sobre sua oferta, além de certa incompreensão no uso das tecnologias da informação e comunicação e de como podem ser utilizadas para fomentar a hibridização do ensino.

Política pública de formação docente na perspectiva dos professores universitários, artigo de Valeria Moreira Rezende e Rogéria Moreira Rezende Isobe, trata de uma investigação sobre como os professores universitários que atuam no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) o concebem e o avaliam enquanto política de formação docente. As análises das autoras demonstram que o Pibid é visto como oportunidade de aproximar universidade e escola; seu desenvolvimento, porém, apresenta problemas: dificuldades estruturais, alta rotatividade e as limitações relacionadas à formação política dos licenciados.

O artigo seguinte, de Eliana Povoas Pereira Estrela Brito, sob o título *A interdisciplinaridade e a arte do malabarismo na formação de professores e professoras*, analisa como a interdisciplinaridade é apresentada em dois Projetos de Curso (PPC) de licenciaturas interdisciplinares em humanidades e quais as implicações do perfil profissional que se propõem formar. As autoras finalizam seu estudo com algumas indagações, pois perceberam abordagens diferentes de interdisciplinaridade em cada PPC estudado e a presença de uma lógica curricular disciplinar que compromete a formação interdisciplinar proposta.

No texto *Documentos de política científica e educacional: convergências em torno da Educação Básica*, os autores Adriano de Oliveira e Lucídio Bianchetti analisam o conteúdo e o significado político, econômico, social e educacional dos conceitos e prescrições presentes nos livros ditos ‘Coloridos’, Livros Verde (2001), Branco (2002) e Azul (2010), e o Relatório Mundial da UNESCO *Rumo às Sociedades do Conhecimento* (2007). Concluem que os livros ‘Coloridos’ convergem com os pressupostos teórico-metodológicos e as recomendações do relatório Bindé da UNESCO, apontando para a inserção subordinada dos países periféricos e uma convergência na política científica proposta de priorização e expansão da iniciação científica, inclusive no ensino médio.

Dinair Leal da Hora e Luziane Said Cometti Lelis apresentam os resultados iniciais de uma pesquisa por meio do artigo *Escola justa e organização escolar: a percepção de professores brasileiros do Ensino Médio* para verificar o significado que estudantes e professores do Ensino Médio atribuem para justiça. O estudo antecipa a contribuição de que seus resultados possibilitarão uma melhor compreensão de concepções que fundamentam as propostas para uma organização escolar mais justa para a educação brasileira.

Na sequência, o artigo intitulado *Estudo sobre os vencimentos de professores da rede estadual de São Paulo (1996-2014)*, de Rubens Barbosa de Camargo, João Batista da Silva dos Santos e José Quibao Neto, analisa e considera os vencimentos dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo e suas relações com o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério da Educação Básica. Dentre as várias constatações apresentadas, destaca-se que o estado de São Paulo não é o que

paga melhor inicialmente seus professores e que estes têm perdido seu poder de compra, prejudicado no que tange à remuneração inicial mínima para suprir as necessidades básicas de suas famílias.

No artigo *A ação direta de inconstitucionalidade 2501-5: conflitos federativos na organização dos sistemas de ensino*, Adriane Peixoto Câmara e Rosimar de Fátima Oliveira examinam a problemática exposta da supervisão pedagógica do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais em instituições de ensino superior privadas nesse estado, provocada pela Ação Direta de Inconstitucionalidade 2501-5. Esse exame permitiu às autoras uma análise da organização da educação no Brasil delimitada pelo seu desenho federativo.

Sabrina Moehlecke, no artigo *O coordenador pedagógico nos sistemas de ensino do Rio de Janeiro: uma nova aposta da gestão das escolas?* tem o propósito de identificar os desafios da gestão escolar nos sistemas de ensino do Rio de Janeiro e o lugar do coordenador pedagógico enquanto mediador na gestão das escolas. Dentre as conclusões apontadas pela autora, verificou-se um crescimento na demanda por essa função no período analisado e mudança no perfil e na qualificação exigidos do coordenador, de formação específica na área de Pedagogia ou de especialização em Coordenação Pedagógica.

Por fim, o artigo de Edson Maciel Peixoto e Vânia Carvalho de Araújo com o título *Educação de qualidade na Educação Infantil: quanto custará aos municípios capixabas esse direito a partir do PNE 2014-2024?* apresenta como as políticas educacionais para a Educação Infantil dependem de novas fontes de recursos financeiros e de uma nova matriz de financiamento que contemplem a qualidade na perspectiva democrática para não colocar em risco a implementação do Custo-Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) no contexto das previsões do PNE 2014-2024.

Este número ilustra e articula diferentes objetos de pesquisa, contemplando as diversas etapas da educação, discutindo temas e contextos que articulam as políticas públicas de educação, a gestão e os desafios para os Sistemas Nacionais. Esperamos que apreciem esse primeiro número de 2017, que optamos por iniciar com esta homenagem a nosso grande pesquisador, colega, amigo e companheiro anpaeano *Benno Sander*, na perspectiva de seguir na mesma direção de seus ideais: na luta pelo desenvolvimento da educação pública, gratuita, democrática, com qualidade, respeitando os princípios da liberdade individual e da equidade social na América Latina e, em especial, no nosso Brasil. Ótima leitura!

REFERÊNCIAS

SANDER, Benno. **O Estudo da Administração da Educação na Virada do Século**, 2002. Disponível em: < http://bennosander.com/publicacao_detalhe.php?cod_texto=6>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SANDER, Benno. **Introdução à história da ANPAE como sociedade civil no campo da educação**, 2007. Disponível em: < http://www.anpae.org.br/website/documentos/estudos/estudos_01.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SANDER, Benno. A gestão da educação e o Plano Nacional de Educação. **Anais VII Seminário Regional de Política e Administração da educação do Nordeste**, 2012. Disponível em: < http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/0_mesas.html>. Acesso em 10 jan. 2017.

Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Editora Associada

Lúcia Maria de Assis
Editora